

# REVISITAÇÃO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO SÉCULO XIX EM PORTUGAL: UMA SÍNTESE<sup>1</sup>

*Cecília Duarte\**

*Ana Teresa Lopes\*\**

*Miguel Gonçalves\*\*\**

**Resumo:** O presente artigo pretende dar a conhecer os acontecimentos mais relevantes do século XIX relativamente ao ensino da contabilidade. A pesquisa faz uso do método bibliográfico como método de eleição para a recolha de dados, privilegiando o recurso a fontes secundárias de informação, em particular livros, monografias e artigos de periódicos nacionais e internacionais. O texto expõe os principais traços característicos da Aula do Comércio de Lisboa (fundada ainda na centúria de Setecentos), da Aula do Comércio do Porto, do curso de Comércio da Academia Politécnica do Porto, da Escola de Comércio de Lisboa e dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto. Também foi estudado um marco importante da disciplina: a entrada da contabilidade no ensino superior em Portugal.

## 1. Introdução

É hoje relativamente aceite pela comunidade escolar que a contabilidade merece por direito próprio um lugar na academia sob o ponto de vista de uma licenciatura em contabilidade, seja no ensino superior universitário, seja no ensino superior politécnico, ainda que, de acordo com Gomes, Giovannoni, Gutiérrez Hidalgo e Zimnovitch (2015,

---

<sup>1</sup> Este artigo corresponde a uma versão reduzida de um trabalho de maior fôlego apresentado/defendido no ISCA de Coimbra, no âmbito de uma unidade curricular do 3.º ano da licenciatura em Gestão de Empresas.

\* Autora correspondente, ceciliamariaduarte1@gmail.com. Estudante do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

\*\* Estudante do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

\*\*\* Docente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Licenciado em Organização e Gestão de Empresas (Universidade de Coimbra). Pós-Graduado em Economia (Universidade de Coimbra). Mestre em Contabilidade e Auditoria (Universidade de Aveiro).

p. 187), o primeiro curso de licenciatura ao nível universitário tenha sido criado apenas no ano de 2010.

Em tempos de antanho, contudo, nem sempre foi assim; a disciplina era ministrada em cursos de Comércio, como este artigo demonstrará.

Historicamente a disciplina sempre sofreu resistências e pressões de vários quadrantes, bastando recordar, por exemplo, que durante muitos anos (de 1976 a 1998) os quatro Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (Aveiro, Coimbra, Lisboa e Porto) apenas puderam conferir o grau académico de bacharel e só desde 1998 também o de licenciado (Baptista da Costa, 2001; Baptista da Costa, 2016, p. 32).

As asserções precedentes deixam implícito o pano de fundo da abordagem deste artigo: o ensino da contabilidade. Estudos sobre instituições de ensino e de educação contabilística afiguram-se importantes para a construção do conhecimento contabilístico, porque, como defende Rodrigues (2016, p. 5), “todas as profissões se baseiam em conhecimento específico que é construído nas instituições de ensino superior através da investigação e difundido aos alunos (futuros profissionais) através do ensino”.

A contabilidade é arte velha; conta milénios de existência (Gonçalves da Silva, 1959, p. 11). Todavia, como alerta Lopes de Sá (2005, p. 17), é difícil compreender o vigor da atualidade de uma disciplina se não se conhece a sua história.

É neste contexto de ordenação de ideias que se move a elaboração do presente texto, já que as suas duas primeiras autoras, estudantes de licenciatura em Gestão de Empresas, consideram primordial o aprofundamento das temáticas de história da contabilidade para um melhor entendimento da contabilidade atual, tanto mais que o seu curso incorpora diversas unidades curriculares desse campo do saber.

Assim, este artigo tem como objetivo a enumeração e descrição dos principais acontecimentos contabilísticos ocorridos no século XIX em Portugal, um período de tempo que não tem sido estudado na lite-

ratura com tanta intensidade como o século XVIII, uma época na qual, na visão de Faria (2005, p. 216), radicam as origens da contabilidade nacional.

São muito raros os estudos históricos sobre a contabilidade portuguesa realizados na academia em estudos de graduação (licenciaturas pós-Bolonha), situação que esta contribuição pretende colmatar.

A pesquisa faz uso do método bibliográfico como método de eleição para a recolha de dados, privilegiando o recurso a fontes secundárias de informação, em particular livros, monografias e artigos de periódicos nacionais e internacionais (Gil, 2002). Ao fazer isto, a contribuição ajuda a validar o entendimento de que “a publicação de livros, artigos e estudos é, indiscutivelmente, uma das principais facetas da investigação contabilística” (Guimarães, 2006, p. 29).

De modo a concretizar o objetivo enunciado, o artigo apresenta-se dividido em mais três secções, para além da introdutória. A secção seguinte trata da problemática contextual inerente ao período de estudo, o século XIX, bem como à época que o antecedeu. Depois, a terceira secção faz referências ao ensino da contabilidade em Portugal. O artigo termina com a quarta secção, relativa à conclusão, às limitações e às sugestões para futuras investigações.

Por último, regista-se que as transcrições de documentos antigos seguem a ortografia e sintaxe da época em que foram produzidos e que, quanto ao protocolo de referência, sempre que as citações forem demasiadamente específicas, mas, ainda assim, não literais, optou-se por indicar a página de onde foram retiradas (o leitor deve ser capaz de localizar a referência sem que para isso tenha de ler a publicação na íntegra).

## **2. Contextualização política, económica e social**

Esta secção desdobra-se em duas secções, a saber: 1) acontecimentos antecedentes ao século XIX; e 2) a situação política de Portugal no século XIX.

## 2.1. Acontecimentos antecedentes ao século XIX (1750-1799)

Até ao ano de 1750, Portugal vivia numa monarquia absoluta, comandada pelo rei D. João V, *o Magnânimo*. Este reinava com poderes ilimitados, isto é, concentrava nas suas mãos todas as decisões do reino. Com o seu falecimento, sobe ao trono o seu filho D. José I, *o Reformador*. Ao chegar ao poder em 1750, o soberano deparou-se com estruturas administrativas desajustadas e inoperantes, como resultado dos últimos anos de governação de seu pai e da ausência, por passamento, de alguns dos mais fiéis colaboradores de D. João V.

Foi nesta situação que D. José I escolheu o seu gabinete, escolhendo, como membro de uma equipa de três secretários de Estado, o diplomata Sebastião José de Carvalho e Melo (mais tarde, em 1759, conde de Oeiras e, depois, marquês de Pombal, em 1770, designação pela qual a história o recorda). Segundo Serrão (1987, p. 59), foi Pedro da Mota e Silva, o único secretário de Estado joanino a manter-se no Governo josefino, quem transmitiu o recado do rei a Sebastião de Carvalho, como atesta o excerto seguinte:

*Sua Magestade me ordena diga a V. Ex.<sup>a</sup> Ihe vá falar esta noite a Belem, e ainda que, V. Ex.<sup>a</sup> não ache ao mesmo senhor, sempre V. Ex.<sup>a</sup> esperara [esperará] para Ihe falar. Sua Magestade foi servido nomear a V. Ex.<sup>a</sup> para seu Secretario de Estado de hua [uma] das repartições que se Ihe destinara E ordena o mesmo Senhor que V. S.<sup>a</sup> [Vossa Senhoria] entre logo a exercitar. Deos guarde a V. S.<sup>a</sup>. Paço [Terreiro do Paço – residência real], a 3 de Agosto de 1750.*

Desta forma, a 3 de Agosto de 1750, Sebastião de Carvalho é nomeado secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, uma das três pastas ministeriais, como se expôs.

Após cinco anos da coroação de D. José I, acontece o Terramoto de 1 de Novembro de 1755, o qual deixa parcialmente destruída a cidade de Lisboa. Segundo Mendonça (2011, p. 365), foi a forma extraordinária de enfrentar a situação decorrente da catástrofe natural que mereceu ao futuro marquês de Pombal a confiança absoluta do monarca para chefiar os destinos do reino. Assim, em Março de 1756, Carvalho

é empossado com a pasta relativa à secretaria de Estado dos Negócios do Reino, a mais importante e complexa da administração régia portuguesa.

Apresentou-se muita vasta a obra económica de Pombal, mas a historiografia costuma assinalar como marco inicial a fundação de um organismo estatal de supervisão e coordenação do fomento comercial e industrial da nação, a Junta do Comércio, fundada em 30 de Setembro de 1755, *“pela qual, combinando o systema das leis destes Reinos, com as maximas comuas a todas as Naçoens da Europa, se lhe fizessem as representacoens necessarias para facilitar os meios de conservar e argumentar o nosso comercio”* (Serrão, 1987, pp. 129-130).

Antes, em Junho de 1755, foi fundada a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a primeira das companhias monopolistas de comércio autorizadas e fundadas por Pombal. Um ano depois, por alvará régio de 10 de Setembro de 1756, criou-se a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, a instituição pombalina que *“revelou maior duração temporal [...] de tal forma que se manteve até hoje, conservando a sua denominação e marca comercial”* (Sousa, 2003, p. 31). Em 1759, institucionalizou-se em Lisboa a maior de todas as companhias de comércio de Pombal em termos do volume de capital social, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.

Com o falecimento de D. José I em 1777, assume a coroa a sua filha D. Maria I, *a Piedosa*. De acordo com Mendonça (2011, p. 426), *“o Marquês de Pombal sabia que a sua influência tinha chegado ao fim, consciente que D. Maria e o seu marido não lhe eram afetos”*, no que eram acompanhados pela esmagadora maioria do povo de Portugal.

Ao ser diagnosticada demência a D. Maria I, potenciada pela morte do seu marido, do seu filho D. José (herdeiro do trono) e de mais familiares próximos, o príncipe D. João (futuro rei D. João VI, em 1816), substituiu a sua progenitora, ainda que sem título de regente, no ano de 1788 (Serrão, 1996, p. 314).

## 2.2. A situação política de Portugal no século XIX

No umbral de Oitocentos, Portugal foi vítima de três invasões das forças de Napoleão, nomeadamente em 1807, 1809 e 1810. O acontecimento de 1807 marcou a fuga da família real para o Brasil-colónia, bem como a saída da metrópole de milhares de pessoas da administração pública central nacional.

Com a ajuda dos ingleses, Portugal conseguiu manter a sua autonomia como nação independente, mas com um elevado preço a pagar: a excessiva ingerência britânica nos destinos nacionais entre o período 1810-1820. Acresce a este cenário desfavorável, a permanência do príncipe regente e da corte no Brasil, durante cerca de 13 anos (1807-1820), com a conseqüente abertura dos portos brasileiros à navegação internacional (em 1808) e a distribuição de mercês, honras e regalias a portugueses emigrados no Brasil ao serviço da coroa, o que era visto como um desprestígio para os nobres que ficaram em Portugal em 1807.

A conjugação de várias insatisfações, em particular por parte da burguesia, que via os seus rendimentos diminuírem em face da diminuição do comércio para o Brasil, agora aberto a todas as nações, e do povo, que exigia a presença do príncipe regente D. João em Lisboa e não na colónia, fez eclodir no Porto “o grito de revolta contra o regime absoluto”: a Revolução Liberal de 1820 (Serrão, 1994, p. 346).

D. João regressa a Portugal, perdendo alguns poderes tradicionais do Antigo Regime, designadamente o poder de governar sem o auxílio de um parlamento (as cortes). Nas palavras de Mattoso (1998, p. 55), “começou assim em Portugal o exercício efectivo da monarquia constitucional, onde o rei é chamado a desempenhar um novo papel e os cidadãos passam a poder intervir mais ativamente, através dos seus representantes nas cortes”.

Em 1822 é promulgada a Constituição Política da Monarquia Portuguesa, a qual continha 240 artigos, os quais defendiam a liberdade e igualdade dos indivíduos, como é sugerido pelos artigos números um e nove deste diploma legal, respetivamente.

No entanto, o clero e a nobreza não estavam satisfeitos com a perda de poder e a abolição dos privilégios típicos do Antigo Regime. Com o falecimento de D. João VI em 1826, o seu filho D. Pedro outorga um novo diploma, desta vez mais moderado e conservador – a Carta Constitucional de 1826 –, a qual devolve às elites alguns dos poderes perdidos com a Revolução Liberal. D. Pedro decidiu também que D. Miguel, seu irmão mais novo, deveria casar com a sua filha, D. Maria da Glória (futura rainha D. Maria II), abdicando do trono (D. Miguel) e das suas pretensões absolutistas.

Não obstante, D. Miguel defendia os ideais do Absolutismo e, em 1828, ganha o poder. Indignado com a traição do irmão, D. Pedro abandona o trono do Brasil em 1831 e junta-se aos apoiantes do Liberalismo na ilha Terceira, onde era preparada uma revolta contra o Governo de D. Miguel e a qual foi bem-sucedida em 1834, com a vitória do exército de D. Pedro sobre o de D. Miguel. Portugal regressa assim ao Liberalismo em 1834.

Com um golpe de Estado em 1851, Portugal arranca para um período de maior estabilidade política, afastadas que estavam as guerras, primeiro com os franceses, no início do século e depois, a guerra civil (1828-1834) entre *miguelistas* absolutistas e *pedristas* liberais. Esse período ganhou o epíteto de Regeneração, precisamente porque foi feito em nome da reabilitação do país, das suas principais estruturas administrativas e, fundamentalmente, sob o signo de um maior crescimento económico, por força de uma política de fomento das infraestruturas nacionais, em especial a ferrovia e a rodovia.

No ano seguinte, em 1852, foi criado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, sendo o seu responsável um dos mais notáveis estadistas da política da época moderna portuguesa: Fontes Pereira de Melo. Na opinião de Mattoso (1998, p. 104), “se o movimento da Regeneração teve na figura do duque de Saldanha o líder militar, a sua consumação prática muito deve a Fontes Pereira de Melo”.

Será também importante referir a Revolução de 31 de Janeiro de 1891, que constituiu a primeira tentativa de derrube da Monarquia.

Após a descrição dos acontecimentos mais marcantes de 1750-1899, prossegue-se com a descrição das escolas de contabilidade nacionais.

### **3. Digressão pelo ensino da contabilidade em Portugal no século XIX**

Esta secção dedica atenção à Aula do Comércio de Lisboa, à Aula do Comércio do Porto, ao curso de Comércio da Academia Politécnica do Porto, à Escola de Comércio de Lisboa, aos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto e à entrada da contabilidade no ensino superior em Portugal.

#### **3.1. A Aula do Comércio de Lisboa**

A Aula do Comércio Lisboaeta foi criada pelo Marquês de Pombal, em 1759 (Rodrigues, Gomes e Craig, 2003, 2004). Como sugerem Rodrigues e Gomes (2002, p. 132),

se até à criação da Aula do Comércio praticamente não existiam profissionais nacionais especializados na técnica contabilística, a partir e por imposição dos respetivos Estatutos, todos os que frequentassem o curso adquiririam os conhecimentos necessários ao exercício da profissão de comerciante e, em particular, do método das partidas dobradas.

Seguindo de perto Guimarães (2009, p. 32), “os estatutos da Aula foram aprovados por alvará de 19 de Maio de 1759 e registados em 22 de Maio do mesmo ano na secretaria de Estado dos Negócios do Reino, no livro dois da Junta do Comércio”. Os estatutos continham 19 parágrafos, dos quais destacamos:

§4. [...] *devem fer vinte os Affifntentes numerarios da referida Aula [...] fica porém livre à nomeação da Junta o provimento dos supernumerarios, com tanto, que não excedaõ de trinta [...]*

§5. [...] *fuppoem como neceffaria a fufficiente expedição em ler, efcrever, e contar ao menos nas quatro especies [...]*



§6. *Ainda que os pretendentes, com a qualidade de filhos, ou netos de Homens de Negocio, devem fer preferidos, em iguaes circmftancias, para Practicantes, ou Affiftentes [...]*

§15. *Ultimamente fe paffará a enfinar o método de efcrever os livros, [...] tudo em partida dobrada [negrito acrescentado] [ε]*

§16. *Completo os tres annos, fe paffará Certidão aos Affiftentes, que houverem frequentado a Aula [...] (Alvará de 19 de Maio de 1759 – Estatutos da Aula do Comércio).*

Como explica Gonçalves (2012, p. 88), “os dois grandes grupos de disciplinas que se ministravam eram constituídos por: (1) aritmética e suas aplicações comerciais (pesos, medidas, câmbios, seguros, fretamentos e comissões); e (2) escrituração mercantil (contabilidade) pelo método italiano das partidas dobradas”.

Torna-se ainda importante salientar que “a Aula do Comércio desfrutou de grande prestígio não só pelos professores que nela ensinavam como também pelos alunos que a frequentavam, [...] tendo algumas vezes assistido a tais atos o próprio rei D. José I” (Baptista da Costa, 1980, p. 390).

Em 1844 a Aula extingue-se, dando lugar à Escola do Comércio de Lisboa, a qual será discutida em passo posterior deste trabalho.

### 3.2. A Aula do Comércio do Porto (1803)

Em 9 de Fevereiro de 1803, o príncipe regente D. João, futuro D. João VI, cria na cidade do Porto uma Academia Real da Marinha e Comércio (Gonçalves, 2011), na qual a Aula do Comércio do Porto estava inserida.

O quadro n.º 1 pretende oferecer uma panorâmica geral sobre o funcionamento da Aula do Porto, com o objectivo de expor as matérias cursadas e fornecer alguns dados sobre o seu funcionamento.

**Quadro 1: Funcionamento da Aula do Comércio do Porto (1803)**

	1.º Ano	2.º Ano
Matérias	Princípios e as doutrinas dos contratos de seguros, de câmbio, de fretamentos, de compra e venda, de comissões.	Escrituração por partidas dobradas, geografia histórico-comercial, direito mercantil prático e das nações com quem Portugal tinha mais relações comerciais.
Condições de admissibilidade	Os candidatos deveriam ser portadores dos exames do 1.º ano de matemática e das línguas francesa e inglesa, o que, no fundo, fazia com que o curso de Comércio fosse de 3 anos.	
Carga horária	Duas horas por dia.	
Propinas	Inexistentes, ou seja, ensino gratuito para os alunos.	
Idade dos alunos	No mínimo 14 anos para admissão à escola.	
Saídas profissionais	Os alunos saídos deste curso eram preferidos para os serviços da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.	

Fonte: Gonçalves (2011)

Com as reformas de ensino levadas a cabo por Passos Manuel, em 1837 a Academia Real da Marinha e Comércio é extinta, dando lugar à Academia Politécnica do Porto, a qual incluía o curso de Comércio, como será descrito em seguida.

**3.3. A Academia Politécnica do Porto (1837)**

O curso de Comércio que surgiu integrado na Academia Politécnica do Porto tinha a duração de três anos e apresentava a estrutura curricular patente no quadro n.º 2 (note-se que a 11.ª cadeira tinha a designação de *Comércio e Economia Industrial*).

**Quadro 2: Plano dos 3 Anos do curso de Comércio na Academia Politécnica do Porto (1837)**

Anos	Cadeiras	Observações
1.º	1.ª Cadeira	Aritmética; Geometria Elementar; Trigonometria Plana; Álgebra até às equações de 2.º grau
	1.º ano da 11.ª cadeira	1.º ano de Comércio e Economia Industrial
2.º	2.º ano da 11.ª cadeira	2.º ano de Comércio e Economia Industrial
	4.ª cadeira	Desenho de Figura e Paisagem
3.º	3.º ano da 11.ª cadeira	3.º ano de Comércio e Economia Industrial

Fonte: Gonçalves, Marques e Lira (2012, p. 333)

No entanto, houve uma queda abrupta do número de alunos inscritos neste curso, em comparação com o número de alunos que frequentava a Aula do Comércio do Porto, fundada em 1803. Este facto deveu-se principalmente ao elevado valor das propinas, o que fazia com que as pessoas com poucas posses não pudessem frequentar a Academia Politécnica do Porto (Pereira, 2001). A Academia Politécnica do Porto manteve-se até à Implantação da República, mas o curso de Comércio foi suprimido em 1897.

### 3.4. A Escola de Comércio de Lisboa (1844)

Em 1844, através do Decreto de 20 de Setembro de organização geral do ensino, é apresentado um novo plano para o ensino do comércio e contabilidade em Lisboa (Gonçalves e Marques, 2011). No seguimento, é extinta a vetusta Aula do Comércio de Lisboa e, em seu lugar, é criada a Escola de Comércio de Lisboa, “anexada ao Liceu Nacional de Lisboa como sua secção comercial” (Gonçalves, 2016, p. 106). O quadro n.º 3 enuncia o plano curricular da referida escola, agora parte integrante do Liceu de Lisboa.

#### Quadro 3: Plano curricular da Escola de Comércio – Decreto de 20 de Setembro de 1844

Escola de Comércio – Liceu de Lisboa (4.ª Secção) – Ano 1844	
Cadeiras	Disciplinas
1.ª	Aritmética Comercial (moedas, pesos e medidas); Elementos de Álgebra e Geometria.
2.ª	Geografia (especialmente a Comercial); Cronologia; História.
3.ª	Escrituração; Câmbios; Letras; Seguros; Prática.
4.ª	Economia Política; Direito Administrativo; Direito Comercial.

Fonte: Gonçalves (2012, p. 91)

A Escola de Comércio de Lisboa vigorou até 1869, altura em que o ensino de comércio foi integrado no Instituto Industrial de Lisboa, passando assim o instituto a designar-se por Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, abrangendo, desta forma, os dois tipos de ensino, o industrial e o comercial.

### 3.5. Os Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa (1869) e do Porto (1886)

Em 1852, com a criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria por Fontes Pereira de Melo, o ensino industrial passou a ser professado em Lisboa e, dois anos mais tarde, no Porto. Foram criadas duas escolas de ensino técnico industrial em Portugal, o Instituto Industrial de Lisboa (1852) e a Escola Industrial do Porto (1854), sendo que em 1864 esta última viu a sua designação ser alterada para Instituto Industrial do Porto.

Em 1869 a Escola de Comércio que estava integrada no Liceu de Lisboa como secção comercial, é suprimida e transforma-se na secção comercial do Instituto Industrial em Lisboa, cuja designação é então alterada para Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

De acordo com Portela (1968, pp. 802-803), que cita o relatório que antecede o decreto de 30 de Dezembro de 1869 assinado pelo Duque de Loulé e por Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, às cadeiras já existentes no Instituto Industrial foi adicionada apenas uma nova cadeira. As cadeiras já existentes eram: Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Física e Química, Economia Política e Industrial, Direito Comercial, Estatística, História Geral do Comércio, Línguas Francesa e Inglesa. A nova cadeira a lecionar seria Escrituração e Contabilidade Industrial e Comercial, Seguros, Câmbios, Letras, Geografia Comercial e Exercícios Práticos.

Neste estabelecimento de ensino, segundo Gonçalves (2010b, p. 130), “à medida que o século XIX se aproximava do seu fim, no que respeita à dimensão do número de alunos, os inscritos na secção comercial foram ultrapassando os matriculados na secção industrial”.

No ano de chegada do curso de comércio ao Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, o Instituto Industrial do Porto continuou apenas com o ensino industrial, mantendo-se assim a Academia Politécnica do Porto a única instituição na cidade com o curso de comércio (Portela, 1968). Apenas em 1886 o curso chegaria ao Instituto em questão, alterando-se então a sua designação para Instituto Industrial e

Comercial do Porto. O curso seria professado até 1918 (Gonçalves, 2010b).

É importante referir que, segundo Gonçalves (2010b, p. 132), no primeiro ano após a reforma de Emídio Navarro — período lectivo de 1887 para 1888 — o IICP vem organizado em vinte e cinco cadeiras (ensino comercial e ensino industrial, no total), sendo que a nossa especialidade [a Contabilidade] estava afeta à 22.<sup>a</sup> cadeira, de seu nome completo *Contabilidade e Operações Comerciais*.

Depois de enunciadas as principais alterações introduzidas pelos Institutos Industriais e Comerciais, a exposição progride para a entrada da contabilidade no ensino superior em Portugal.

### 3.6. A contabilidade no ensino superior

Foi em 1884 no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa que a contabilidade surgiu pela primeira vez no ensino superior, integrada no Curso Superior de Comércio, uma licenciatura de quatro anos (Carqueja, 2001; Gonçalves, 2010a).

O ensino comercial e também o industrial sofreram uma reorganização da responsabilidade de Emídio Navarro, em 1886. No que tange à parte comercial, a reorganização ministerial de 1886 divide o ensino (industrial e comercial) nos graus elementar, preparatório e superior (Gonçalves, 2010a).

O Instituto Industrial e Comercial de Lisboa dispunha dos três graus em ambos os tipos de ensino. O Instituto Industrial e Comercial do Porto apenas dispunha do ensino elementar e preparatório. O grau de ensino superior apenas chegaria em 1905 ao Instituto Industrial e Comercial do Porto, de acordo com Gonçalves (2010b).

Com a reforma de Emídio Navarro, Baptista da Costa (1980) esclarece que o ensino superior teria a duração de cinco e não de quatro anos, como inicialmente estava previsto em 1884.

As cadeiras que faziam parte do Curso Superior de Comércio são as constantes do quadro n.º 4:

**Quadro 4: *Curricula do Curso Superior de Comércio***

Ano	Disciplinas
1.º ano	Física Geral e suas aplicações à Indústria; Desenho de Figura e Paisagem do Natural; Inglês.
2.º ano	Trigonometria; Geometria Analítica; Álgebra Superior e Cálculo Infinitesimal; Química Mineral e Orgânica e Análise; Alemão.
3.º ano	Tecnologia Química; Geografia e História Comerciais; Contabilidade Geral e Operações Comerciais.
4.º ano	Zoologia e Botânica, Higiene das Indústrias e das Construções; Mineralogia; Geologia; Economia Política e Princípios de Direito Administrativo, Legislação Industrial.
5.º ano	Matérias Primas e Mercadorias, Legislação Aduaneira; Direito Comercial, Marítimo e Internacional, Legislação Consular; Operações Financeiras.

Fonte: Baptista da Costa (1980, pp. 390-391)

Em 1891 o Curso Superior de Comércio é suprimido por João Franco, o então ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, de modo a reduzir as despesas orçamentais (Gonçalves, 2010a).

A reforma de João Franco durou até 1898. Nesse ano há uma nova reforma por Augusto José da Cunha e volta a ministrar-se o Curso Superior de Comércio no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, com a duração de cinco anos, “reservando para esta escola, na parte respeitante à instrução comercial, o lugar exclusivo de estabelecimento de ensino superior de Contabilidade e Comércio” (Gonçalves, 2010a, p. 40).

#### **4. Conclusão, limitações e sugestões para futuras pesquisas**

Este trabalho pretendeu dar a conhecer um retrato instantâneo do ensino da contabilidade levado a cabo no século XIX. Com recurso a uma revisão da literatura intentou-se visitar um tema transversal para o conhecimento da sociedade, o ensino.

Em consequência, foram expostos os principais traços característicos da Aula do Comércio de Lisboa (fundada ainda na centúria de Setecentos), da Aula do Comércio do Porto, do curso de Comércio da Academia Politécnica do Porto, da Escola de Comércio de Lisboa e dos

Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto. Também foi estudado um marco importante da disciplina: a entrada da contabilidade no ensino superior em Portugal.

A conclusão principal a reter respeita à circunstância de, a partir da Aula do Comércio de Lisboa, não mais se deixou de ensinar contabilidade em Portugal, pese embora a aprendizagem se tenha confinado às principais cidades do país, Lisboa e Porto.

Espera-se que a presente contribuição sirva como um encorajamento para que os estudantes de licenciaturas em ciências empresariais compreendam que “sim, a história da contabilidade tem importância” (Gomes, Carnegie, Napier, Parker e West, 2011, p. 389) e para que ganhem gosto por esta área de saber, a história da contabilidade, de molde a que possam iniciar os seus estudos de pós-graduação por esta disciplina de investigação que, nas palavras de Gomes e Rodrigues (2009, p. 237), “está ainda na sua infância (e isto é particularmente verdade em Portugal)”.

Este trabalho apresenta como principal limitação a falta de referências sólidas acerca da Escola de Comércio de Lisboa e do Instituto Industrial e Comercial do Porto, devido à inexistência de bibliografia alargada sobre estas instituições de ensino. Sugere-se, portanto, o aprofundamento da pesquisa sobre estas duas escolas, preferencialmente com recurso a fontes primárias de investigação.

### Fontes primárias

Alvará de 19 de Maio de 1759 – *Estatutos da Aula do Comércio* [data da aprovação régia dos Estatutos]. In *Coleção da Legislação Portuguesa* [desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva]. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 [pp. 655-660].

Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822

### Referências

Baptista da Costa, C. B. [1980], “O ensino da contabilidade em Portugal – a necessidade de uma licenciatura em contabilidade”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 176, pp. 389-404.

Baptista da Costa, C. B. [2001], “Uma data histórica”. *Revista de Contabilidade e Finanças* 21 [II série], pp. 4-5.

- Baptista da Costa, C. B. [2016], *Reflexões Contabilísticas*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Carqueja, H. O. [2001], “Entrada da contabilidade no ensino oficial e, depois, no ensino superior”. *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa* 424, pp. 362-364.
- Faria, A. R. [2005], “A investigação em história da contabilidade em Portugal, 1990-2003: um estudo empírico”. In Guimarães, J. C. [org.] [2005], *História da Contabilidade em Portugal: Reflexões e Homenagens* (pp. 199-249). Lisboa: Áreas Editora.
- Gil, A. C. [2002], *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (4.ª ed.). São Paulo, Brasil: Editora Atlas.
- Gomes, D., Carnegie, G. D., Napier, C. J., Parker, L. D. e West, B. [2011], “Does accounting history matter?”. *Accounting History* 16(4), pp. 389-402.
- Gomes, D., Giovannoni, E., Gutiérrez-Hidalgo, F. e Zimnovitch, H. [2015], “Moving from regional to international publishing in accounting history: pressures, issues, strategies and implications”. *Accounting History* 20(2), pp. 183-205.
- Gomes, D. e Rodrigues, L. L. [2009], “Investigação em história da contabilidade”. In Major, M. J. e Vieira, R. (eds.) [2009], *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática* (pp. 211-239). Lisboa: Escolar Editora.
- Gonçalves, M. [2010a], “Entrada da contabilidade no ensino superior em Portugal”. *Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* 120, pp. 38-40.
- Gonçalves, M. [2010b], “Para a história do ensino contabilístico de Lisboa e do Porto no Portugal de Oitocentos”. *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas* 18, pp. 125-135.
- Gonçalves, M. [2011], “Aula de Comércio do Porto (1803): sua criação e confronto crítico com a correlativa Aula Lisboaeta”. *Contabilidade e Gestão* 10, pp. 115-163.
- Gonçalves, M. [2012], “E depois da Aula do Comércio de Lisboa? Digressão através do ensino da contabilidade na Lisboa Oitocentista”. *Jornal de Contabilidade* 420, pp. 87-100.
- Gonçalves, M. [2016], “Relação dos primeiros contabilistas formados em Portugal por via institucional [1759-1763: Aula do Comércio de Lisboa]”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad [Spanish Journal of Accounting History]* 25, pp. 91-111.
- Gonçalves, M. e Marques, M. C. C. [2011], “Evolução do ensino da contabilidade em Portugal na segunda metade do século XIX: uma análise histórica, 1844-1886”. *Pecunia* 13, pp. 201-220.
- Gonçalves, M., Marques, M. C. C. e Lira, M. [2012], “Contabilidade e educação: a Academia Politécnica do Porto, 1837”. *Jornal de Contabilidade* 428/9, pp. 331-335.
- Gonçalves da Silva, F. V. [1959], *Doutrinas Contabilísticas: Resumo e Crítica das Principais*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico de Famalicão.
- Guimarães, J. C. [2006], “A investigação contabilística em Portugal”. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas* 73, pp. 22-33.
- Guimarães, J. F. C. [2009], “História [breve] da regulamentação da profissão de contabilista em Portugal”. *Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* 117, pp. 30-43.
- Lopes de Sá, A. [2005], “Prefácio”. In Guimarães, J. C. [org.] [2005], *História da Contabilidade em Portugal: Reflexões e Homenagens* (pp. 17-19). Lisboa: Áreas Editora.
- Mendonça, M. [coord.] [2011], *História dos Reis de Portugal: da Monarquia dual à implementação da República* (vol. II). Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Mattoso, J. [dir.] [1998], *História de Portugal: o Liberalismo (1807-1890)* (vol. V). Lisboa: Editorial Estampa.



- Pereira, J. M. (2001), *O Caixeiro e a Instrução Comercial no Porto Oitocentista: Percursos, Práticas e Contextos Profissionais*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Portela, A. F. (1968), "A evolução histórica do ensino das ciências económicas em Portugal". *Análise Social* 22-23-24, pp. 787-836.
- Rodrigues, L. L. (2016), "Tributo a António Domingues de Azevedo: fundador e primeiro bastonário da Ordem dos Contabilistas Certificados". *Contabilidade & Gestão* 19, pp. 5-7.
- Rodrigues, L. L. e Gomes, D. (2002), "A evolução da profissão dos Técnicos de Contas em Portugal: do Marquês de Pombal até aos nossos dias". *Jornal de Contabilidade* 302, pp. 131-141.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. e Craig, R. (2003), "A Aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no Mundo?". *Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* 34, pp. 46-54.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. e Craig, R. (2004), "Corporativismo, Liberalismo e a profissão contabilística em Portugal". In Guimarães, J. C. (org.) (2005), *História da Contabilidade em Portugal: Reflexões e Homenagens* (pp. 167-198). Lisboa: Áreas Editora.
- Serrão, J. V. (1987), *O Marquês de Pombal: O Homem, o Diplomata e o Estadista* (2.ª ed.). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Serrão, J. V. (1994), *História de Portugal: a Instauração do Liberalismo (1807-1832)* (vol. VII) (3.ª ed.). Lisboa: Editorial Verbo.
- Serrão, J. V. (1996), *História de Portugal: o Despotismo Iluminado (1750-1807)* (vol. VI) (5.ª ed.). Lisboa: Editorial Verbo.
- Sousa, F. (coord.) (2003), *O arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Porto: CEPES.

